

A INCLUSÃO DE CRIANÇAS EM UMA CRECHE DE UM MUNICÍPIO DA ZONA DA MATA DE PERNAMBUCO, NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Maria do Rosário de Fátima Brandão de Amorim¹
Vitória Alves do Carmo²

RESUMO

A Educação Infantil no Brasil tem uma trajetória marcada por desafios históricos e conceituais. Inicialmente, essa etapa tinha um caráter assistencialista e demorou a ser reconhecida como parte do processo educacional formal. A inclusão de crianças com deficiência foi ainda mais complexa, pois essas crianças eram frequentemente excluídas do sistema educacional devido a estigmas e preconceitos. Porém, com o avanço das políticas públicas e mudanças nas concepções de infância, a inclusão passou a ser vista como um direito, e a educação infantil se tornou um campo importante para promover a igualdade de oportunidades. Este estudo foca na inclusão de crianças típicas e atípicas em uma creche da Zona da Mata de Pernambuco, uma região caracterizada por grande diversidade cultural e social. O problema da pesquisa investiga como os educadores dessa região compreendem e implementam a inclusão na prática. A justificativa para a pesquisa está na importância da educação infantil para o desenvolvimento humano e na necessidade de garantir acesso à educação para todas as crianças. O objetivo geral é compreender a concepção de inclusão na Educação Infantil a partir da perspectiva dos educadores de uma creche na Zona da Mata Norte de Pernambuco. O estudo visa contribuir para a melhoria das práticas inclusivas e a construção de um ambiente educativo mais equitativo. Os resultados apontaram que a infância é um período de experiências diversificadas que moldam os indivíduos; Que a inclusão na educação é um conceito complexo que envolve a valorização da diversidade e a promoção da igualdade e sua implementação nos ambientes educacionais enfrenta desafios. Outro aspecto apontado diz respeito a criação de ambiente inclusivos, que são considerados essenciais para a promoção da inclusão.

Palavras-chave: Inclusão; Educação Infantil. Creche.

INTRODUÇÃO

A educação infantil traz em si uma sub divisão: a Creche (0 a 3 anos) e a Pré Escola (4 a 5 anos), que tem como objetivo o desenvolvimento integral das crianças em seus aspectos bio-psico-intelectual e físico, conforme prevê o artigo 3º. da Resolução n.5 de 17 de dezembro de 2009, que fixou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

Originalmente, essa primeira etapa surgiu no Brasil com uma característica assistencialista, totalmente diferente da atual concepção, com uma forte influência da pedagogia

¹ Prof. Dra. Maria do Rosário de Fátima Brandão de Amorim. Doutora em Psicologia Cognitiva, Líder do Grupo de Estudos em Inclusão-GEI/UFRPE. Universidade Federal Rural de Pernambuco -UFRPE-PE, maria.amorim@ufrpe.br

² Graduada do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal Rural de Pernambuco-UFRPE.. Vinculada ao Grupo de Estudos em Inclusão-GEI, vitorialaves006@gmail.com

de Froebel³, que foi o criador do termo Jardim da Infância.

O primeiro Jardim de Infância foi criado na cidade de Castro/Paraná em 1862 pela professora Emília Erichsen, utilizando a metodologia Froebel que havia conhecido durante o período em que viveu na Europa.

É importante destacar que apesar do marco do Jardim de Infância, que foi, sem dúvida, um divisor de águas, a concepção de criança não era muito clara, em especial pela não visão quanto à importância dessa fase evolutiva. Outro aspecto relevante é que demorou muito para que houvesse políticas públicas brasileiras voltadas para essa faixa etária. Portanto, a educação oferecida às crianças, não tinha um caráter formal.

A trajetória da história da educação infantil é longa, traz vários cenários desafiadores acerca das diversas maneiras da concepção da infância. Ora, se a história da educação infantil teve seus percalços, a infância da pessoa com deficiência não foi diferente, muito pelo contrário, talvez, os desafios tenham sido maiores, pois se a criança era invisibilizada, não educável, imagine a marca da doença prevalecendo nessa trajetória! Por este motivo, a criança com deficiência ficou alijada do processo educacional.

Frente ao exposto, a história dessas crianças foi marcada por estereótipos, e por décadas, foram consideradas, na história da humanidade, como amaldiçoadas. Por este motivo, o castigo divino justificava o porquê dessas crianças nascerem com deficiência. Portanto, elas eram excluídas da sociedade e nenhum direito lhes cabia e a educação era uma delas.

É claro que com a evolução dos conhecimentos acerca da pessoa com deficiência, a exclusão deu lugar para uma nova nomenclatura - integração. E hoje, a inclusão é o termo atual⁴, sendo um tema que permeia toda educação básica e em especial a educação infantil, pois cada vez mais existe no ambiente escolar crianças nas suas diversidades, a partir da inserção das políticas educacionais, que não lhes negam esse direito fundamental - à educação.

Diante disso, a inclusão de crianças em creches é na atualidade um tema central nas discussões sobre educação, especialmente quando se considera a educação inclusiva como uma abordagem que fundamenta uma concepção de ensino voltada para a igualdade de oportunidades e a valorização das diferenças humanas, sejam elas acadêmicas, comportamentais ou emocionais.

Na Zona da Mata de Pernambuco, esse princípio se torna ainda mais relevante, uma

³ Este termo foi criado pelo alemão Friedrich Froebel (1782 - 1852), primeiro educador a se preocupar com a educação de crianças, denominado *Kindergarden*, que traduzido para o nosso idioma foi denominado Jardim de Infância.

vez que a região abriga uma diversidade rica em contextos culturais e sociais, desafiando as instituições educacionais a acolher e atender a todos os alunos de maneira equitativa.

Como se dá a promoção da inclusão em creches? Sabe-se dos desafios significativos e da resistência à mudança, a falta de formação específica e a ausência de uma cultura inclusiva nas instituições são barreiras comuns.

Essa pesquisa justifica-se pela relevância que a infância ocupa no cenário atual dentro da educação infantil, especialmente por ser esta a base do desenvolvimento humano em seus diversos níveis: cognitivo, social, psicológico e cultural, independentemente de sua etnia, raça, religião e deficiência. Para a realização o objetivo geral foi: Compreender a concepção da inclusão das crianças na primeira infância, a partir da perspectiva dos educadores, em uma creche da rede municipal na Zona da Mata Norte de Pernambuco. E os objetivos específicos foram: (a) Conhecer sobre a concepção de Criança/Infância que os participantes da pesquisa possuem (b) Conhecer sobre a concepção de Inclusão dos participantes da pesquisa, e, (c) Explorar as crenças, as atitudes, as práticas, os desafios dos educadores em relação à promoção da inclusão de crianças em idade creche/pré-escola.

METODOLOGIA

O tipo de abordagem desta pesquisa foi Quali-Quant. Segundo Minayo (2002) a pesquisa qualitativa “*se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado.*” e de acordo com Aliaga e Gunderson (2002) a pesquisa quantitativa é a “*explicação de fenômenos por meio da coleta de dados numéricos que serão analisados através de métodos matemáticos (em particular, os estatísticos).*”

Baseada nessa compreensão de pesquisa, acredita-se que ela se encaixa como metodologia propícia para essa pesquisa pela subjetividade e também pela sua objetividade, que de acordo com Minayo e Sanches, há uma relação onde não existe um “*continuum*”

A relação entre quantitativo e qualitativo, entre objetividade e subjetividade não se reduz a um *continuum*, ela não pode ser pensada como oposição contraditória. Pelo contrário, é de se desejar que as relações sociais possam ser analisadas em seus aspectos mais “ecológicos” e “concretos” e aprofundadas em seus significados mais essenciais. Assim, o estudo quantitativo pode gerar questões para serem aprofundadas qualitativamente, e vice-versa (Minayo e Sanches, 1993, p. 247).

O campo de realização desta investigação, situa-se em uma Instituição Pública Municipal da Educação Básica - creche, localizada na zona da mata norte de Pernambuco. Os participantes foram alocados em dois grupos. O primeiro grupo (G1) fizeram parte os servidores da creche, totalizando em 50 participantes, do turno da manhã. No segundo grupo (G2), fizeram parte, unicamente, os docentes da creche, perfazendo 18 participantes. Como a pesquisa

envolve seres humanos, o referido documento foi alimentado na Plataforma Brasil e aprovado pelo comitê de ética por meio do *CAAE 79169724.30000.9547*, portanto, a coleta de dados só ocorreu após a aprovação do referido Comitê de Ética. Foi utilizado como instrumento para a coleta de dados a plataforma *Mintementor*, que serviu para mensurar os dois primeiros objetivos específicos, que foi submetido ao grupo 1. E o formulário elaborado pelo *Google Form*®, que foi submetido ao grupo 2. Todos os participantes da pesquisa leram e assinaram o TCLE. Para explorar as crenças, as atitudes, as práticas, os desafios dos educadores em relação à promoção da inclusão de crianças em idade pré-escolar; bem como para investigar sobre quais as estratégias que os educadores utilizam para criar um ambiente acolhedor e inclusivo na creche, foi elaborado um questionário fechado, do tipo múltipla escolha, em um formulário do *GoogleForm*®, com as seguintes categorias: TCLE, Informações gerais; Crenças sobre inclusão; Atitudes em relação à inclusão; Práticas de promoção da inclusão; Desafios e barreiras; Ambiente acolhedor e inclusivo e Comentários finais. É importante sinalizar que o instrumento utilizado para a construir foi por meio da Escala Likert, que é um tipo de escala utilizado em questionários, que tem por objetivo mensurar posturas e opiniões. A ideia é que essas alternativas cubram o máximo possível de opiniões sobre um determinado assunto e que por meio das respostas desvele-se uma avaliação de modo mais real e preciso sobre as afirmativas apresentadas. É comum encontrar que nas escalas utilizadas haja o meio neutro (nem discordo, nem concordo, frequência eventual, importância mediana, a probabilidade às vezes é verdade), e para excluí-la a opção neutra das alternativas, a solução é adotar o *Likert par*, e para a escala de concordância só haverá duas opções: Discordo e Concordo, sendo essa a opção utilizada em toda elaboração do questionário. Para a análise dos dados do grupo I foi a configuração das nuvens de palavras quanto à concepção de criança, e quanto à inclusão. Para os participantes do segundo grupo, os dados foram analisados o nível de discordância e concordância entre as categorias apresentadas, utilizando como pano de fundo as possíveis articulações teóricas encontradas na literatura e o quanto os dados podem revelar o peso secular da diferença que ainda mantém a exclusão.

REFERENCIAL TEÓRICO

O percurso histórico da educação infantil revela uma evolução significativa, marcada por mudanças nas concepções de crianças e aprendizado ao longo dos séculos. No século XXI, os desafios se intensificam, exigindo que educadores e instituições não apenas integrem tecnologias de forma eficaz, mas também promovam uma educação que respeite e celebre a

diversidade (MORAN, 2013). A equidade se torna central, com a necessidade de atender a crianças de diferentes origens culturais, socioeconômicas e com necessidades especiais (AINSCOW, 2010). A educação infantil deve continuar a evoluir, enfrentando esses novos desafios com criatividade e compromisso. O futuro da educação infantil depende da capacidade de educadores, gestores e sociedades em geral de construir ambientes de aprendizado inclusivos e inovadores, onde todas as crianças possam se desenvolver plenamente e serem preparadas para um mundo em constante mudança (DARLING-HAMMOND, 2010). Essa jornada é, acima de tudo, uma responsabilidade coletiva, que exige uma visão compartilhada sobre a importância da infância e do direito à educação de qualidade para todos (FREIRE, 2001). As práticas pedagógicas inclusivas têm um impacto profundo no desenvolvimento das crianças. Estudos mostram que ambientes inclusivos favorecem não apenas o aprendizado acadêmico, mas também o desenvolvimento social e emocional. Crianças que interagem com colegas de diversas origens e habilidades tendem a desenvolver empatia, habilidades de resolução de conflitos e um senso de comunidade (SILVA, 2016; 2017). Além disso, a inclusão promove a construção de identidades positivas, contribuindo para a autoestima das crianças. A educação inclusiva no Brasil passou por um longo e complexo percurso histórico, que reflete a evolução das concepções sobre direitos humanos e a importância da diversidade no processo educacional. De acordo a Política Nacional de Educação Especial, a Educação Inclusiva constitui um

Paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à idéia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (BRASIL, 2008).

A Política Nacional de educação especial (PNEE), ainda diz que como um movimento mundial, a educação inclusiva *“é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação”* (BRASIL, 2008).

Segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), a inclusão no sistema educacional tem seu início na primeira etapa da educação básica “onde se desenvolvem as bases necessárias para a construção do conhecimento e seu desenvolvimento global”, dentre outros documentos oficiais (BRASIL, 1988; 1990; 1996; 2008; 2009; 2015; 2020).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise foi realizada com base nas respostas dos participantes, ao descrever o significado da palavra inclusão, totalizando 132 respostas. Posteriormente o significado das

palavras infância/criança, totalizando 138 respostas. Em ambos os casos foi utilizada a ferramenta *Mintermeter*®.

Fig.1 – Nuvem de palavras sobre inclusão



Em resumo, a inclusão não é apenas um direito, mas uma prática cotidiana que envolve respeitar as diferenças, valorizar as singularidades de cada indivíduo e promover a igualdade em todos os âmbitos da vida, desde a educação infantil até a participação plena na sociedade. As palavras identificadas nas nuvens de palavras reforçam essa visão de um Brasil mais inclusivo e solidário, onde todos têm a chance de conviver e crescer juntos, com empatia e respeito mútuos (GADOTTI, 2005).

Fig. 2 - Nuvem de palavra sobre infância



A análise das nuvens de palavras geradas a partir dos dados coletados revela temas que estão fortemente ligados à **história da infância**, tal como descrito no capítulo I do referencial teórico, marcando elementos essenciais dessa fase do desenvolvimento humano. A frequência das palavras mais mencionadas, como **alegria, amor, brincar, desenvolvimento, brincadeira**

e **futuro**, aponta para conceitos que são frequentemente destacados em estudos sobre a infância e a formação de memórias afetivas. Os dados analisados sugerem que a infância, marcada por momentos de alegria, amor e brincadeiras, é uma fase decisiva na formação da identidade e no entendimento de quem somos e de quem podemos nos tornar. (SILVA, 2016; VYGOTSKY, 2007; FREIRE, 2001)

As **crenças e concepções** sobre inclusão referiu-se às ideias e valores que as pessoas têm a respeito da integração e participação de indivíduos com diferentes características em diversos contextos sociais, educacionais e profissionais. Essas crenças podem ser influenciadas por fatores culturais, históricos e pessoais, moldando a forma como a sociedade entende e trata a diversidade. Concepções inclusivas promovem a ideia de que todos devem ter as mesmas oportunidades, respeitando as diferenças e assegurando o acesso a direitos e serviços. Por outro lado, crenças excludentes podem reforçar estigmas e barreiras, dificultando a plena participação de grupos marginalizados, como pessoas com deficiência, minorias étnicas, entre outros. A construção de uma sociedade mais inclusiva exige, portanto, a reflexão sobre essas crenças e a mudança de atitudes para garantir a equidade. Assim sendo, essas crenças e concepções formam uma base sobre como os indivíduos e grupos percebem e interagem com o mundo, moldando atitudes e decisões. Elas também podem ser desafiadas, modificadas ou reforçadas ao longo do tempo, dependendo de novas informações ou experiências. Os resultados mostraram um forte apoio à ideia de inclusão e diversidade, mas uma pequena discordância por parte de algumas pessoas, especialmente em temas que exigem reflexão ética ou moral, como no caso de "Respeito à diversidade" e "Inclusão é um princípio ético e moral", onde se observou uma discordância, embora pequena. Isso pode refletir a presença de algumas divergências ou limitações nas crenças pessoais ou culturais de alguns indivíduos, mas no geral, a adesão aos princípios de inclusão e igualdade é alta. (KRAMER, 2016; 2018)

A categoria **"atitude em relação à inclusão"** referiu-se à postura e comportamento das pessoas diante da ideia de inclusão social, educacional e profissional de indivíduos com diferentes características, como pessoas com deficiência, minorias étnicas, ou outras condições de vulnerabilidade. As atitudes podem variar entre positivas, quando há aceitação, respeito e disposição para garantir a igualdade de oportunidades, e negativas, quando existem preconceitos, estigmas ou resistência à mudança. Atitudes inclusivas envolvem empatia, compreensão das necessidades do outro e a busca por eliminar barreiras físicas, sociais e culturais. Mudanças de atitude são fundamentais para criar um ambiente mais justo e acessível a todos, promovendo a verdadeira inclusão em diversos contextos.

Embora os resultados do Likert apontem para uma adesão forte aos princípios de inclusão, é fundamental questionar a concretização dessas atitudes no dia a dia escolar. A inclusão exige um comprometimento ativo, contínuo e transformador. A educação inclusiva não deve ser tratada apenas como uma série de atitudes desejáveis, mas como um compromisso com práticas pedagógicas eficazes, adaptação contínua às necessidades dos alunos e superação de barreiras, tanto cognitivas quanto sociais. Portanto, a verdadeira inclusão só será alcançada quando os educadores não apenas se comprometerem com os valores inclusivos, mas também quando suas práticas pedagógicas, comportamentais e estruturais refletirem essa disposição em todos os momentos da interação educacional. (KRAMER, 2016; 2018)

A categoria **prática de promoção da inclusão** referiu-se às ações, políticas e estratégias implementadas para garantir que todas as pessoas, independentemente de suas características, condições ou origens, possam participar de forma plena e igualitária na sociedade. Essas práticas visam remover as barreiras que limitam o acesso e a participação de grupos marginalizados ou em situação de vulnerabilidade, promovendo um ambiente mais justo, respeitoso e acessível para todos. Em outras palavras, são ações concretas que buscam garantir um espaço onde todos possam participar de forma igualitária e sem barreiras, respeitando a diversidade e promovendo a igualdade de direitos. Essas práticas são essenciais para criar uma sociedade mais justa e integrada, onde todos os indivíduos, independentemente de suas características pessoais, possam viver com dignidade, respeito e oportunidades. Os dados revelaram uma forte aceitação das práticas de promoção da inclusão, com um pequeno grupo de participantes expressando discordância (especialmente em duas questões, "Plano de Ensino Inclusivo" e "Tecnologias Assistivas"). No geral, os resultados indicaram um compromisso significativo com a inclusão, mas é importante observar que a opinião de todos os indivíduos não está completamente alinhada. Este pequeno grau de discordância pode refletir diferentes perspectivas ou desafios na implementação dessas práticas, e seria importante investigar mais profundamente as razões dessas discordâncias. (NASCIMENTO, 2009)

A categoria **desafios e barreiras** referiu-se aos obstáculos que dificultam a promoção da inclusão plena de todos os indivíduos em diversas esferas da sociedade, como a educação, o trabalho, a cultura, e o acesso aos direitos básicos. Esses desafios e barreiras são fatores que criam ou mantêm a exclusão de determinados grupos sociais, impedindo que eles tenham igualdade de oportunidades e participação ativa na vida social. Em outras palavras, trata-se das dificuldades que surgem ao tentar garantir que todos, independentemente de suas condições sociais, econômicas, físicas, ou cognitivas, possam exercer seus direitos e serem reconhecidos como iguais. Em resumo, os desafios e barreiras são os elementos que dificultam ou impedem

que a inclusão se concretize de forma efetiva, tornando-se um obstáculo significativo na construção de uma sociedade mais igualitária e acessível a todos. Superar essas barreiras exige ações coordenadas e um esforço contínuo para criar condições que garantam a participação e o reconhecimento de todas as pessoas, independentemente de suas características ou circunstâncias. Os resultados sugerem que as barreiras mais reconhecidas estão relacionadas a aspectos como falta de recursos, comunicação com os pais e dificuldades de adaptação curricular. A diversidade nas respostas (refletida no desvio padrão) indica que, embora haja consenso em algumas áreas, há diferentes percepções sobre o impacto e as causas dessas barreiras. A necessidade de mais formação e recursos se destaca como áreas prioritárias para melhorar a inclusão nas escolas. (KRAMER, 2016; 2018; GONÇALVES, 2019)

A categoria **ambiente acolhedor e inclusivo** refere-se à criação de espaços que promovem o respeito, a valorização e a participação de todas as pessoas, independentemente de suas características pessoais, como origem, gênero, etnia, idade, condição física, cognitiva ou qualquer outra diferença. Um ambiente acolhedor e inclusivo vai além da simples ausência de discriminação; ele envolve a construção de um espaço onde todos se sintam bem-vindos, seguros e valorizados, podendo expressar suas identidades de forma plena. Essa categoria é fundamental para que as pessoas possam se integrar de maneira harmoniosa e contribuir ativamente para a sociedade, sem receios de exclusão ou marginalização. Em outras palavras, um ambiente acolhedor e inclusivo é um espaço onde as diferenças são não só aceitas, mas celebradas, e onde todas as pessoas têm as mesmas oportunidades de participação, respeito e dignidade. Isso se reflete na promoção da acessibilidade, da equidade, da representatividade e da segurança emocional, criando um local onde todos, independentemente de suas características ou circunstâncias, possam se sentir bem-vindos, respeitados e com sua identidade valorizada. A criação de tais ambientes é essencial para a construção de uma sociedade mais justa, humana e colaborativa. A análise crítica revela uma clara consciência da necessidade de inclusão desde os primeiros anos, mas também destaca os desafios que as escolas enfrentam, principalmente em termos de recursos e capacitação de profissionais. As professoras reconhecem que a inclusão vai além da simples presença de crianças com necessidades especiais na sala de aula, sendo necessário um esforço contínuo para garantir que elas participem ativamente das atividades e que as diferenças sejam tratadas com respeito e valorização. O reconhecimento da falta de recursos, do apoio familiar insuficiente e da necessidade de profissionais especializados aponta para a urgência de uma política pública mais robusta de apoio às creches e à formação dos educadores. Por outro lado, também é possível perceber a crítica a práticas inclusivas que ainda falham em oferecer igualdade de oportunidades

e o devido acolhimento às crianças, indicando que, embora a intenção de inclusão esteja presente, a execução ainda exige muitas melhorias. As falas sugerem que a formação contínua dos educadores e uma maior articulação entre a escola, a família e a comunidade são pontos cruciais para o sucesso da inclusão na primeira infância. (GALVÃO, 2022; CUNHA, 2019)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em resumo, pode-se concluir, neste momento que, a análise das categorias sobre infância, inclusão e as práticas educacionais revelam que, apesar do forte apoio aos princípios da inclusão, ainda existem desafios significativos para sua implementação. A infância, enquanto período de multiplicidade de experiências, exige que a escola seja um espaço capaz de valorizar as diferenças e responder às diversas necessidades dos alunos. A inclusão, embora amplamente aceita, precisa ser concretizada por meio de práticas pedagógicas adaptadas, recursos adequados e uma reflexão ética profunda sobre as crenças e atitudes em relação à diversidade. Embora a promoção da inclusão tenha avançado nas últimas décadas, a efetividade dessas práticas depende da superação de barreiras estruturais e da capacitação contínua de profissionais. A criação de ambientes escolares acolhedores e inclusivos é essencial, mas exige um esforço constante para garantir que todos os alunos recebam o tratamento equitativo que merecem. A verdadeira inclusão será alcançada quando a teoria se traduzir em ações concretas, diariamente, dentro das salas de aula e nas interações escolares, promovendo uma educação mais justa e igualitária para todos. A busca pelo aprimoramento das práticas inclusivas exige que novas respostas sejam constantemente buscadas, garantindo que o conceito de inclusão não seja apenas teórico, mas sim uma realidade vivida e experimentada por todos os alunos, independentemente de suas características ou condições. Possíveis Pesquisas Futuras: Investigação sobre as causas das discordâncias em relação às práticas de inclusão; Avaliação da formação dos educadores em inclusão; Análise de ambientes inclusivos na prática escolar; Pesquisas sobre barreiras estruturais e seus impactos; Estudo da percepção dos pais sobre a inclusão escolar; Comparação entre escolas públicas e privadas na promoção da inclusão. Essas áreas de pesquisa são cruciais para o aprofundamento das discussões sobre a efetividade da inclusão na educação e para o desenvolvimento de soluções que possam transformar os princípios inclusivos em práticas concretas e acessíveis a todos os indivíduos, sem exceções.

REFERÊNCIAS



AINSCOW, M. (2010). Inclusive education: A practical guide to supporting diversity in the classroom. David Fulton Publishers.

ALIAGA, M.; GUNDERSON, B. Interactive Statistics. Thousand Oaks: Sage, 2002.

BRASIL. Planalto. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 11 de Fevereiro de 2024.

BRASIL. **Lei Nº 8.069/90**, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/publicacoes/eca-2023.pdf> Acesso em 11 de fevereiro de 2024.

BRASIL. **Lei Nº 13.146** de 6 de julho de 2015/ LBI. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm. Acesso em 14 Fev. 2024.

BRASIL. Planalto. Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional. **Lei nº 9394**, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm Acesso em 06 de Setembro de 2023.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Ministério da Educação, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva 2008**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 11 Fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação. **PNEE: Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida/Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação** – Brasília; MEC. SEMESP. 2020.

CUNHA, Vinícius. Educação Infantil: uma análise da formação docente e das práticas pedagógicas. **Editora Vozes**, 2019.

DARLING-HAMMOND, L., & BRANSFORD, J. (Eds.). (2005). *Preparing teachers for a changing world: What teachers should learn and be able to do*. San Francisco: Jossey-Bass.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 50ª ed. Rio de Janeiro: **Paz e Terra**, 2001.

FRÖBEL, Friedrich. *The Education of Man*. New York: **A. Lovell & Company**, 1826.

GADOTTI, Moacir. Educação e Sociedade: Fundamentos para uma pedagogia crítica. São Paulo: **Cortez**, 2005

GALVÃO, Izabel - Henri Wallon - uma Concepção Dialética do Desenvolvimento Infantil. São Paulo: **Editora Vozes**, 2022.



GONÇALVES, Eliane. Formação de Professores para a Educação Inclusiva: Desafios e Perspectivas. **Editora Papirus**, 2019.

KRAMER, Sonia. A Educação Infantil e a Construção da Identidade Cultural. **Editora Universitária**, 2016.

KRAMER, Sonia. A Educação Inclusiva: Uma nova proposta para a formação de professores. **Editora Universitária**, 2018

Lopes, Ana Maria. Brincadeira e Educação: uma perspectiva crítica sobre a infância. **Editora Artmed**, 2015.

MINAYO, M. C. S; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul./sep.1993.

_____. Pesquisa social: teoria, método e criatividade, 21º ed.. Petrópolis, RJ: **Vozes**, 2002, n.p.

MORIN, Edgar. A Cabeça Bem Feita. 4ª ed. Rio de Janeiro: **Bertrand Brasil**, 2011.

NASCIMENTO, Ângela. A Inclusão Social: Uma Perspectiva Crítica. São Paulo: **Editora da Universidade de São Paulo**, 2009.

PIAGET, Jean. *The Child's Conception of the World*. New York: **Harcourt, Brace and World**, 1929.

Pereira, Marisa. Educação Infantil: O que a pesquisa revela. **Editora Cortez**, 2014.

SILVA, Maria Aparecida. Cidadania e Direitos Humanos no Brasil. Rio de Janeiro: **Vozes**, 2016

Silva, Maria Helena de Moura. Inclusão e Diversidade na Educação Infantil: Desafios e Possibilidades. **Editora Papirus**, 2017.

UNESCO. *Salamanca Statement and Framework for Action on Special Needs Education*. Paris: UNESCO, 1994

VYGOTSKY, Lev. *Mind in Society: The Development of Higher Psychological Processes*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1978.

VYGOTSKY, Lev S. A Formação Social da Mente. São Paulo: **Martins Fontes**, 2007.